

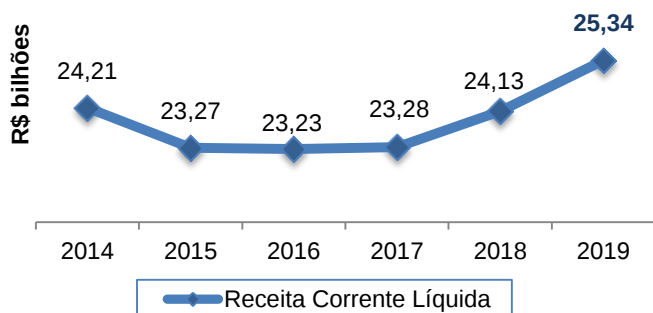
3º QUADRIMESTRE DE 2019

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2019 a dezembro/2019), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

A RCL é utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como os da dívida pública e dos gastos com pessoal.

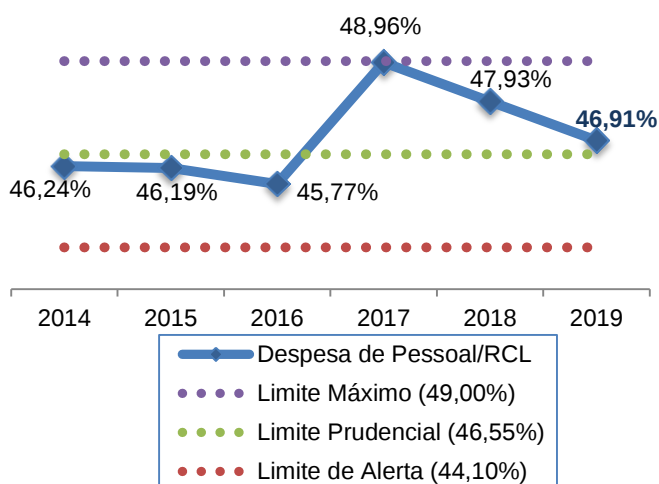
No exercício de 2019, a RCL apresentou um crescimento real (acima da inflação) de 5,0%, perfazendo um aumento nominal de 9,5% em relação ao registrado no ano anterior.



Despesa com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O encerramento do exercício de 2019 representou o segundo ano consecutivo de redução na relação DTP/RCL, permanecendo, porém, pouco acima do limite prudencial.

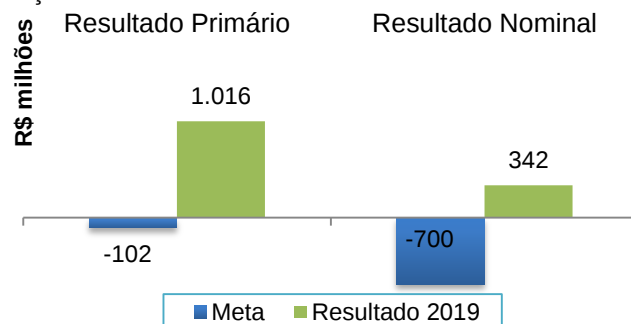


Resultado Nominal e Primário

O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto juros, operações de crédito e amortizações da dívida). Superávits primários, como o ocorrido em 2019, contribuem para diminuir o estoque total da dívida fiscal líquida.

Já o resultado nominal representa a soma do resultado primário com a diferença entre o total de juros recebidos e pagos. Um resultado nominal positivo, a exemplo do observado em 2019, indica diminuição da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um superávit nominal.

Em relação às metas estabelecidas na LDO 2019, verifica-se que o Poder Executivo obteve resultados primário e nominal bastante superiores às metas traçadas.

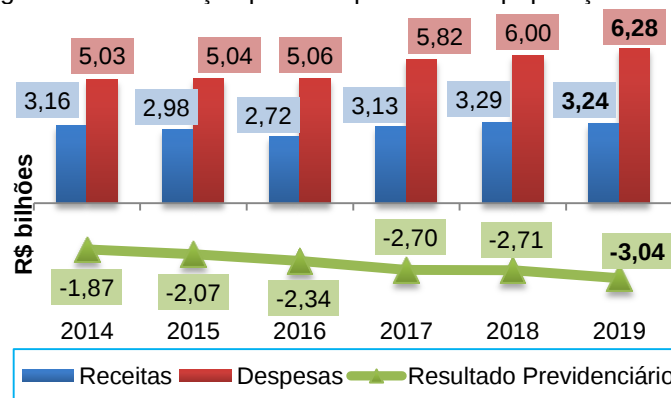


Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias.

Na arrecadação, destacam-se as contribuições patronais e dos servidores, enquanto a maior parte dos dispêndios do regime próprio de previdência estadual está relacionada às aposentadorias e pensões.

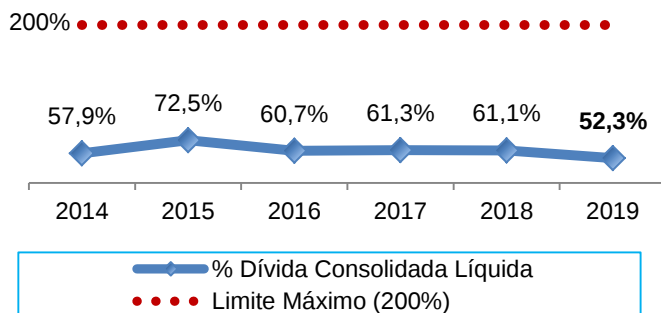
No exercício de 2019, verificou-se um aumento do déficit em relação a 2018 de mais de R\$ 300 milhões, acarretando menos recursos disponíveis para os gastos com serviços públicos prestados à população.



Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente a 200% da RCL. O patamar pernambucano em dezembro de 2019 foi equivalente a 52,3%, menor percentual da série histórica e bem abaixo do limite superior.

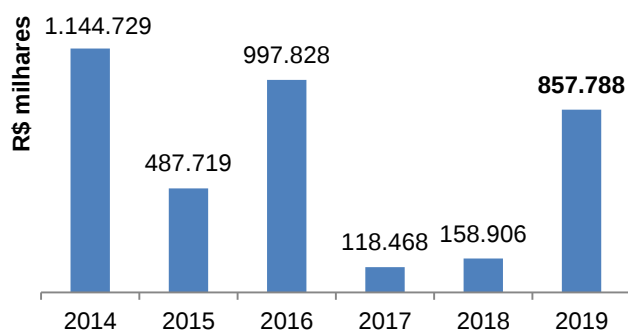


Disponibilidade de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Líquida advém da disponibilidade de caixa bruta subtraída das obrigações financeiras.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem restar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Ao fim de 2019, a disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo é 4,7 vezes maior que a de 2018, mas ainda se encontra em patamar inferior a 2014, ano imediatamente anterior ao da crise econômica que afetou o desempenho fiscal de todos os entes federativos do país.

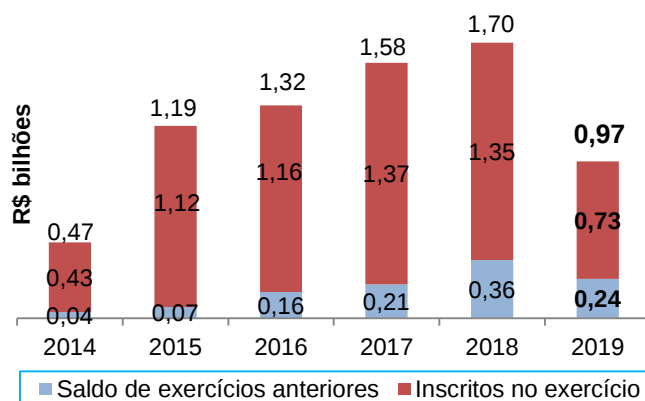


Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano.

O total de Restos a Pagar do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2019 era equivalente a R\$ 973,24 milhões, dos quais 25% advinham de exercícios anteriores e 75% foram inscritos ao final do próprio ano de 2019.

Observa-se que o exercício de 2019 registrou queda de 41% das obrigações a quitar no exercício seguinte, ou seja, pode-se afirmar que houve uma significativa melhora no saldo da dívida de curto prazo do Estado de Pernambuco.



Despesas por Função

É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função.

Verifica-se que, em relação a 2018, não houve mudanças significativas. Por sua vez, analisando a série histórica no período 2014-2019, a Segurança Pública foi a única área de atuação do Estado que apresentou crescimento real, enquanto Saúde e Educação terminaram 2019 abaixo da média do período.

